

**PARECER Nº 40/2023**

**PROJETO DE LEI Nº 17/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR VEREADOR GILMAR VENDEDOR**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Vereador Jean do Crispim Santana, o projeto de lei em epígrafe *“altera a Lei Complementar nº 04, de 1º de setembro de 1998, que ‘dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arinos - MG e dá outras providências’”*.

O projeto de lei em apreço visa alterar dispositivos do referido Estatuto para conceder 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias aos servidores municipais. Além disso, prevê a possibilidade de o servidor usufruir as férias em dois períodos, desde que nenhum deles tenha menos de 10 dias úteis, bem como a possibilidade de conversão de 10 dias úteis das férias em abono pecuniário.

Recebida e Publicada, no quadro de avisos em 03/04/2023, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação e de Administração Pública.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão, para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade, legalidade e adequação regimental, conforme dispõe o art. 169, combinado com o art. 91, I, “a”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei em exame visa alterar dispositivos do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Arinos para conceder 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias aos servidores municipais.

Ademais, prevê a possibilidade de o servidor usufruir as férias em dois períodos, desde que nenhum deles tenha menos de 10 dias úteis, bem como a possibilidade de conversão de 10 dias úteis das férias em abono pecuniário

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal. Registre-se, ainda, o disposto no art. 8º, inciso XII, da Lei Orgânica, segundo o qual cabe ao Município estabelecer o regime jurídico dos servidores públicos e organizar os respectivos planos de carreira e de remuneração.

Quanto à iniciativa, cumpre destacar que o impulso de matérias de tal natureza é de competência exclusiva do Prefeito, por força do art. 58, inciso II, da Lei Orgânica.

Dispõe o referido artigo que:

Art. 58. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

.....

II - regime jurídico dos servidores;

Em razão do princípio da simetria, o dispositivo acima citado reproduz a sistemática da Constituição Federal e da Constituição Mineira, que assim estabelecem:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal

Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....  
II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Art. 66 – São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

.....  
III – do Governador do Estado:

- .....
- c) o sistema de proteção social dos militares, o regime de previdência e o regime jurídico único dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos o provimento de cargo e a estabilidade;

Nesse contexto, oportuno salientar os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles:

Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais" ("in" "Direito Municipal Brasileiro", 15ª edição, São Paulo, Malheiros Editores, 2006, pp. 732/733).

Corroborando esse entendimento, trago à colação os seguintes precedentes do TJMG:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - LEI N. 10.927/2016 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO, DAS ATRIBUIÇÕES, DOS REQUISITOS PARA PROVIMENTO E DA LOTAÇÃO DE CARGO DO

PODER EXECUTIVO - MATÉRIA REFERENTE À ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E AO REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES - INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL - VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR OFENSA AOS ARTS. 66, III, "C" E "F" E 90, XIV, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO 1. É privativa do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem sobre matérias relativas à estrutura administrativa e ao regime jurídico de servidores públicos, notadamente acerca da transformação de carreira integrante da estrutura de Secretaria Municipal. 2. Vício de inconstitucionalidade formal da Lei n. 10.927/2016, do Município de Belo Horizonte, a teor do disposto nos arts. 66, inciso III, alíneas "c" e "f" e 90, inciso XIV, da Constituição Mineira. 3. Além de representar invasão indevida do Poder Legislativo em matéria reservada à iniciativa do Executivo, a lei questionada importa também violação ao princípio da separação dos Poderes, esculpido no art. 2º da Constituição Federal e no art. 173 da Carta Mineira. 4. Representação julgada procedente. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.16.074913-1/000, Relator(a): Des.(a) Áurea Brasil, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 13/09/2017, publicação da súmula em 17/10/2017).

EMENTA: ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - CONCESSÃO DE DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA AOS SERVIDORES - MATÉRIA RESERVADA A INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. A iniciativa para deflagrar o processo legislativo em matéria que envolva regime jurídico e remuneração dos servidores se insere na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo. É inconstitucional a Lei Municipal, de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõem sobre matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, por violação ao princípio da harmonia e independência dos poderes. O Supremo Tribunal Federal no RE 590029, em regime de repercussão geral, concluiu que "descabe, em lei orgânica de município, a normatização de direito dos servidores, porquanto a prática acaba por afrontar a iniciativa do Chefe do Poder Executivo". (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.15.063693-4/000, Relator(a): Des.(a) Paulo César Dias, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 28/09/2016, publicação da súmula em 07/10/2016)

Portanto, em que pese a louvável iniciativa do nobre vereador, a matéria não merece prosperar, tendo em vista que padece de vício de inconstitucionalidade formal, referente à iniciativa para a sua propositura.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, concluímos pela inconstitucionalidade, ilegalidade, antijuridicidade do Projeto de Lei nº 17, de 2023.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2023.

Vereador GILMAR VENDEDOR  
Relator